

Visões da América. Transformações culturais a partir do descobrimento

Karla Janaína Alexandre da Silva*
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

Este artigo corresponde ao primeiro momento de realização do projeto *Discursos da identidade na literatura hispano-americana colonial*. Trata de questões referentes ao descobrimento e colonização de terras americanas pelos espanhóis. Nele, procuramos abordar algumas das principais conseqüências da colonização, que tipo de transformações culturais ela acarretou nos dois continentes envolvidos, e qual a sua contribuição para o surgimento de uma nova sociedade.

Durante o período de colonização da América, várias mudanças vão ocorrer nas sociedades européia e americana devido ao impacto causado pelo encontro desses mundos.

Sabe-se que a partir desse encontro será estabelecida uma relação entre as características peculiares de ambas as culturas e isso não ocorre de modo simples: muitos são os elementos específicos dessas sociedades interagindo, modificando conceitos e nos fazendo repensar o que, até então, havia sido consolidado.

Na Europa, vários aspectos culturais americanos serviram para a reformulação de idéias, e até mesmo, para severas críticas à própria cultura; na América, com a chegada dos europeus, ocorreram várias adequações, por parte dos ameríndios, aos modelos ocidentais para atender às imposições do colonizador. Tais fatores vão desencadear um processo de integração entre essas duas sociedades que nos permite falar do surgimento de uma terceira realidade: a sociedade de cultura mestiça. Porém, esta não é apenas o reflexo desta junção e sim, uma sociedade de elementos próprios nascidos a partir deste encontro.

Fatores políticos, sociais e literários serviram para o surgimento dessa cultura. Esboçaremos uma pequena análise desses aspectos durante o século XVI, a partir do descobrimento, no intuito de observar como surgiu e foi representado neste período o elemento latino-americano.

O ENCONTRO COM A AMÉRICA : PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO.

Segundo Estuardo Nuñez em *O elemento latino-americano em outras literaturas* (Nuñez, 1972:83), a chegada do homem europeu à América provoca um longo processo de assimilação de conhecimentos dispersos a respeito da real situação americana, vista sob prismas diferentes e isolados, sem um conceito definitivo de dados geográficos, físicos, sociais e conhecimentos históricos.

* Bolsista do PIBIC-CNPq/UFPE. Este artigo foi desenvolvido no projeto de pesquisa "Discursos da Identidade na Literatura Hispano-americana Colonial", coordenado pelo Prof. Dr. Alfredo Cordiviola.

As primeiras informações apresentam-se de maneira fragmentada e superficial, não conseguindo separar o americano do asiático devido à crença que havia por toda a Europa de ter se encontrado um novo caminho para as Índias. Mais tarde, os relatos e experiências dos descobridores esboçam elementos que vão caracterizar uma realidade independente, um continente novo, revelando impérios como o dos astecas apresentado ao Ocidente por Hernán Cortés.

A nova terra principia a receber atributos de paraíso terrestre, e se constrói imaginariamente sobre o quadro de uma idade de ouro, geradora da lenda do El Dorado, fantasia clássica da Antigüidade, que ressurge no Renascimento. Os navegadores contribuem na difusão dessa lenda com a publicação de suas cartas, e é assim, segundo Ainsa, que “Colombo torna-se o símbolo paradigmático da utopia geográfica, o expedicionário que inventa uma América dourada e paradisíaca ao mesmo tempo em que a descobre. A partir desse instante, o novo mundo é uma realidade geográfica e, ao mesmo tempo, objetiva em seu território os mitos do imaginário coletivo, clássico e medieval – o Éden, o Jardim das Hespérides, La Edad de Oro recuperada, os restos de uma Atlântida que brota das águas ao conjuro do *ars inveniendi* do que parece investido e desterrando para sempre o temor *al mare coagulatium* que espantou durante séculos os mais intrépidos navegantes” (Ainsa, 1992 : 30).

Portanto, após a sua legitimação, a América, além de ser inserida no conjunto de crenças coletivas, provoca no mundo da época transformações decisivas, num processo de redistribuição do que até então era aceito e reconhecido, processo este que apresentou muitas dificuldades, pois com o descobrimento são instauradas novas realidades e estas, inevitavelmente, negam ou trasgridem o conhecido anteriormente. É o que Fernando Ainsa chama de função desconstrutora do descobrimento.

O REAPARECIMENTO DO MITO DO BOM SELVAGEM

Como se sabe, quem mais contribuiu para a divulgação dos elementos americanos na Europa e, conseqüentemente, a redistribuição de seus valores, foram os navegantes e os expedicionários através de cartas e anotações. Chamamos a atenção para o fato de que esta divulgação é que vai colaborar diretamente para o reaparecimento do mito do bom selvagem, existente desde a Antigüidade, retratando o índio como manso, pacífico e vivendo em estado de inocência. Esse mito é de grande importância, pois proporciona a reformulação de conceitos ocidentais estabelecidos até então.

De acordo com Sérgio Paulo Rouanet em *O mito do bom selvagem*, Colombo é o primeiro a relançar o antigo mito, reencontrando o bom selvagem no novo mundo. “Num cenário paradisíaco, com árvores luxuriantes, que nunca perdiam suas folhas, flores e frutos maravilhosos, mel em abundância e revoadas de pássaros canoros, entre os quais ele reconheceu o rouxinol europeu, Colombo encontrou homens naturalmente bons” (Rouanet, 1999: 415).

No Brasil, quem disserta é Pero Vaz de Caminha. Em suas anotações percebemos como o escrivão, maravilhado, descreveu os índios e a natureza brasileira. Embora Colombo e Caminha tenham sido os primeiros a escreverem sobre o continente americano e os seus habitantes, quem mais contribuiu na sua difusão foi

Américo Vespúcio, cujas cartas foram publicadas em muitas edições no período de 1498 a 1508. Segundo Rouanet, o navegador descreve, em carta de 1502, os índios como “gente que não tem fé, nem lei alguma, vivendo segundo a natureza, não conhecem a imortalidade da alma, não possuem bens próprios, pois tudo é comum. Não têm fronteiras de reinos ou províncias, não têm rei nem obedecem a ninguém: cada qual é senhor de si mesmo. Não administram justiça, que para eles não é necessária porque em seu meio não reina a cobiça”(Rouanet, 1999: 417). Em suma, com estas descrições sobre a América não é à toa que o viajante acreditasse ter encontrado o paraíso.

O ressurgimento concreto do mito do bom selvagem na Europa se dá graças ao franciscano André Thévet e ao calvinista Jean de Léry, que o consolidaram a partir dos relatos que fizeram sobre as suas experiências na França Antártica, colônia francesa fundada no Rio de Janeiro. Eles perceberam que muitas das tradições contidas no mito se repetiam nos costumes dos índios brasileiros, com quem conviviam.

Foi buscando no comportamento do índio valores esquecidos na sociedade ocidental, que Thévet e Léry inauguraram a tradição de criticar a cultura européia através da sua comparação com a cultura indígena. Respalhando-se nas informações contidas no mito, conseguiram relativizar, até mesmo, a antropofagia, prática comum ao mundo indígena e repudiada na Europa, muito embora, fosse comum nela acontecer e de forma bem mais censurável, como por exemplo, nas guerras santas, em que muitas pessoas foram devoradas em nome de Deus.

Enquanto Thévet e Léry dissertavam sobre os índios brasileiros, Bartolomeu de Las Casas louvava os ameríndios sob o domínio espanhol e se propôs a demonstrar que os aborígenes eram infinitamente mais humanos e bondosos que seus carrascos.

Em *Brevíssima Relação da Destruição das Índias* refere-se aos gentios como “gente sem maldade, obedientes, fiéis aos seus senhores cristãos a quem servem, muito humildes, pacientes, pacíficos e quietos, sem queixumes, rancores, ódios, sem desejar vingança (...) e nestas ovelhas mansas entraram os espanhóis desde logo que os conheceram como lobos, tigres e leões crudelíssimos de muitos dias famintos; e outra coisa não fizeram de quarenta anos até hoje, senão despedaçá-los, angustiá-los e destruí-los” (Las Casas, 1975).

O mito do bom selvagem vai repercutir por toda Europa, principalmente na França. Na filosofia, destacamos o bom selvagem na visão de Montaigne, que dedicou o capítulo XXXI, intitulado *Dos Canibais*, aos índios no seu famoso *Ensaio*.

Apesar de Montaigne ter atribuído as informações que obteve para compor seu texto a um dos seus criados, que vivera na França Antártica, Rouanet afirma não haver dúvida que entre as principais fontes do filósofo, estão Jean de Léry e André Thévet. Porém Montaigne negou ter-se utilizado de tais escritos e dizia ter trabalhado apenas com as informações de seu humilde criado porque “as pessoas cultas tendem a embelezar o que viram”. Em *Dos Canibais*, Montaigne se dá conta que não há nada de bárbaro nas nações indígenas: “eles estão simplesmente à lei da natureza como imaginaram os filósofos antigos” (Rouanet, 1999:433).

Montaigne vai reforçar a relatividade das práticas indígenas censuradas na Europa, como a antropofagia, já mencionada, e valorizar a organização destes índios

numa comparação com a sociedade francesa, colocando-os em posição admirável, numa época que nem eram considerados humanos.

Entretanto, o que ocorre nesse momento é que Montaigne, assim como outros pensadores do século XVI, utilizou-se do elemento indígena para criticar aquilo que censurava em sua própria cultura: descrevendo a organização social indígena demoliu o regime político francês, em que tudo era baseado em sistemas de privilégios, a guerra não visava a honra e sim a conquista de províncias e bens materiais.

Nos séculos posteriores, outros autores vão tratar do mito do bom selvagem em diversos aspectos, porém, na maioria das vezes, objetivando ver nessa estrutura social *o avesso da própria cultura*; dessa forma. Consideramos todas essas qualidades formuladas negativamente, não com o intuito de honrar as nações indígenas, mas para se ter um argumento forte no momento em que se apedreja hábitos tidos como condenáveis dentro de sua própria sociedade.

A INFLUÊNCIA EUROPÉIA NA AMÉRICA

Enquanto que na Europa a figura do índio surgia como tema para ensaios e poesias, acalentando os sonhos de expedicionários reais e fictícios, na América começavam a surgir por parte das elites indígenas reações a essa colonização.

Serge Gruzinski em *O renascimento ameríndio*, trata dessa questão abordando no México, a nobreza asteca, grupo social que dominava o centro desse país no momento de conquista da América pelos espanhóis; “o caso do México nos permite repensar de maneira bastante concreta a significação da colonização da América e as reações das elites indígenas a essa colonização” (Gruzinski, 1999: 284).

Gruzinski inicia seus estudos fazendo uma observação sobre as dimensões da conquista espanhola na América. Quando Hernán Cortes e Francisco Pizarro apoderaram-se do México e do Peru, respectivamente, realizam um empreendimento militar, porém a colonização não foi apenas esse episódio dramático e brutal, foi também “uma gigantesca tentativa de apropriação dos seres e das coisas da América, o que um termo anacrônico como colonização explica bastante mal (...) trata-se daquilo que chamei de ocidentalização do Novo Mundo” (Gruzinski, 1999: 284). Sob outras formas, com outros objetivos e seguindo outros ritmos, esse movimento de ocidentalização prossegue até os nossos dias, ganhando progressivamente o mundo todo.

No século XVI, os espanhóis começaram por se apoderar de imensos territórios; mais tarde, já instalados, buscaram reproduzir na América os modelos e infraestruturas das instalações ocidentais, criando portos, cidades, estradas, paralelo à imposição da língua e às leis de Castela.

Entretanto, esse empreendimento espanhol não teria se realizado sem a participação ativa dos índios: foi com a ajuda da mão-de-obra indígena que se constituíram as instituições espanholas no solo americano. “Foram essas massas que produziram os alimentos reclamados pelos vencedores, que fabricavam seu novo meio ambiente e que arrancaram o ouro e a prata das entranhas da terra ” (Gruzinski, 1999: 285).

A ocidentalização também visava os indígenas do Novo Mundo. Tratava-se de fazer deles cristãos, ao mesmo tempo súditos de Carlos V e membros de uma nova

crsitandade, semelhante à primitiva, que fosse capaz de deter os efeitos desastrosos do cisma luterano, que começava a se alastrar pela Europa.

Nesta política de ocidentalização e cristianização, as elites índias desenvolveram um papel fundamental: situados entre os milhões de índios e os poucos milhares de invasores espanhóis serviram como intermediários entre o novo poder e as massas vencidas. Para dominar essas populações, os invasores tiveram que aprender junto com essas elites os saberes sofisticados que estas possuíam e que lhe davam prestígio e influência sobre os ameríndios.

Era notável a organização da nobreza asteca. Bem antes da conquista espanhola, já possuíam colégios de ensino superior - Os calmecac – onde aprendiam os saberes, os mitos, rituais e as artes do mundo pré-colombiano. Segundo Gruzinski é através dessa sólida tradição educativa que se explica a rápida e fácil adaptação dos jovens nobres à educação franciscana.

Os missionários logo compreenderam a importância estratégica das elites índias e rapidamente abriram escolas para assegurar uma educação cristã aos nobres mexicanos. Em toda a América, através das missões, foram abertos centros educacionais com este intuito. Os resultados foram surpreendentes. Em uma geração os nobres já liam e escreviam. “Esse acontecimento é fundamental; é preciso compreender que a adoção da escrita latina por intermédio do modelo espanhol representa incontestavelmente uma forma sutil de colonização do imaginário, mas, por outro lado, essa aprendizagem teve também efeitos imprevistos, pois deu às elites índias o meio de redigir em língua nahuatl, e, portanto preservar uma quantidade impressionante de textos literários e documentos de toda espécie” (Gruzinski, 1999: 286).

Dessa forma é muito importante a contribuição das elites na colonização espanhola. Os conhecimentos obtidos a partir das missões, possibilitaram aos índios saberes da Renascença, de se familiarizar com os livros e a escrita e, até mesmo, junto aos religiosos, participar de pesquisas etnográficas dedicadas à cultura indígena.

Com a adoção da leitura e escrita latina pelos índios, formaram-se muitos intelectuais que ascenderam nos domínios do saber. Gruzinski cita vários nomes na história da América entre eles, Pedro Juan Antonio, que partiu para a Espanha em 1568 e publicou em Barcelona, *Arte de la lengua latina*, gramática de língua latina. Outros se familiarizaram com os clássicos da Antigüidade, traduzindo fábulas de maneira que se fizesse entender ao povo indígena através de adaptações e associações de elementos índios com os da outra cultura. Várias vezes, nobres índios escreveram, em latim, utilizando-se de formas retóricas da Renascença, em cartas ao rei da Espanha; muitos membros dessas elites redigiram sobre a história dos seus domínios senhoriais e tornaram-se historiadores, utilizando-se da língua nahuatl e da escrita alfabética para consignar suas informações. É graças a essa busca de resgatar o passado, que hoje temos uma grande parte do nosso conhecimento da história dos povos pré-colombianos. “As elites índias compreenderam, portanto, o que fazia a força dos seus vencedores - a escrita – e a usaram para exprimir seu próprio ponto de vista sobre acontecimentos capitais, transmitindo-os através dos séculos” (Gruzinski, 1999: 288).

O SURGIMENTO DA CULTURA MISTIÇA

Serge Gruzinski diz que os índios mexicanos não se contentam em copiar os empréstimos lingüísticos e culturais que tomam do ocidente. Em suas interpretações do mundo europeu, modificam o sentido empregado pelo colonizador dando-lhe uma dimensão indígena. “Em outras palavras, a atitude das elites foi uma hábil mistura de colaboração e de resistência à dominação européia” (Gruzinski, 1999: 295).

A partir dessas adaptações e modificações feitas pelas elites junto à cultura européia surge uma outra questão: esta diz respeito à natureza da cultura desses índios do Renascimento. Os pintores e os escritores transformaram os estilos europeus e criaram formas mistas, ou seja, criaram uma arte e literatura mestiças, que se caracterizam pelo cruzamento de técnicas dos conteúdos do ocidente renascentista com o da América indígena.

A junção dos elementos de uma cultura com a outra faz surgir aspectos que não mais pertencem à sociedade européia ou à americana. São características de um povo que surge a partir da colonização, diferenciando-se de tudo que existia até então, pois não era mais uma peculiaridade de um dos mundos envolvidos – é o resultado deste encontro.

As conseqüências do encontro entre Europa e América não se refletem apenas na arte. Também estão presentes no âmbito político e social. Quando as elites índias percebem o poder central, político e religioso da escrita na sociedade colonial, apoderam-se dela e a utilizam para eternizar os elementos de sua cultura. A língua e a escrita não foram apenas fatores de integração para uma melhor dominação: também serviram para que os índios da América pré-colombiana conservassem os seus valores até os nossos dias.

O desenvolvimento renascentista indígena não encontrou lugar na sociedade colonial. O europeu não conseguia enxergar a possibilidade dos índios de superarem expectativas no mundo da arte ou da escrita. Seja por indiferença ou preconceito, ou, até mesmo, por receio de uma superação de valores ocidentais e uma inversão na hierarquia que implantava. Acreditamos que, por isso, estas produções permaneceram, durante séculos, esquecidas em museus e bibliotecas.

Entretanto, não podemos negar que com as transformações ocorridas nos continentes europeu e americano durante a ocidentalização, foram possíveis a consolidação e preservação da história do mundo americano logo após a descoberta, possibilitando em nossos dias rever o papel do índio dentro da colonização, que este não foi apenas a mão-de-obra barata, a vítima ou o herói da resistência. Apesar de ter sido lesado pelo colonizador, o índio teve a sua importância paralela à do europeu e contribuiu para a formação do povo latino-americano preparando o caminho para o surgimento da cultura mestiça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AINSA, F. (1992). *Génesis del discurso utópico americano*. México, Fondo de Cultura Económica .
- COLÓN, C. (2000). *Diário de bordo*. Madrid, Dastin.
- GRUZINSKI, S. (1999). O Renascimento ameríndio. In: *A outra margem do ocidente*, São Paulo, Cia das Letras, pp-283-297.

- HALL,S. (1997). *Identidades Culturais na pós- modernidade*. São Paulo, DP&B.
- LAS CASAS,B. (1975).*História de las Índias*. Buenos Aires, Euseba.
- NUÑEZ, E.(1972). O elemento latino americano em outras literaturas. In: *América latina em sua literatura*. São Paulo, Perspectiva, pp.83-122.
- O’GORMAN,E. *A invenção da América*. São Paulo, UNESP.
- ROUANET,S.P. (1999). O mito do bom selvagem. In: *A outra margem do ocidente*. São Paulo, Cia das Letras, pp.415-437.
- VARGAS, A.T. (1972) Interpretações da América latina. In : *América latina em sua literatura*. São Paulo, Perspectiva, pp.454-477.
- VESPUCIO,A. (1986) *Cartas de viaje*. Madrid, Alianza.